

NUDPRO/SRTE-BA  
46204.001064/2014-05 FEV. 2014  
CARLOS B. 0537306**AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO****REQUERIMENTO DE REGISTRO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE  
TRABALHO****Nº DA SOLICITAÇÃO: MR005033/2014**

**SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE SABOES, DETERGENTES E PRODUTOS DE LIMPEZA EM GERAL E VELAS DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ n. 15.236.102/0001-88, localizado(a) à Rua Edfstio Pondé, 342, ED FIEB, Stiep, Salvador/BA, CEP 41770-395, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). JUAN JOSE ROSARIO LORENZO, CPF n. 107.404.655-20, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 17/01/2014 no município de Salvador/BA;

E

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA , CNPJ n. 15.245.194/0001-62, localizado(a) à Rua Guedes de Brito, 25, casa, Centro, Salvador/BA, CEP 40020-260, representado(a), neste ato, por seu Presidente, Sr(a). NATANAEL VITORIA FERREIRA, CPF n. 088.162.805-06 por seu Tesoureiro, Sr(a). JOSE AUGUSTO PASSOS, CPF n. 093.685.075-20, conforme deliberação da (s) Assembléia (s) da Categoria, realizada (s) em 10/01/2014 no município de Salvador/BA;

nos termos do disposto na Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 11, de 2009, da Secretaria de Relações do Trabalho, reconhecem como válido e requerem o REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO transmitida ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do sistema MEDIADOR, sob o número MR005033/2014, na data de 30/01/2014, às 10:20.

Salvador, 30 de janeiro de 2014.

  
JUAN JOSE ROSARIO LORENZO

Presidente

**SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE SABOES, DETERGENTES E PRODUTOS DE LIMPEZA EM  
GERAL E VELAS DO ESTADO DA BAHIA**  
NATANAEL VITORIA FERREIRA

Presidente

**FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA**  
JOSE AUGUSTO PASSOS

Tesoureiro

**FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA**

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR005033/2014  
**DATA E HORÁRIO DA TRANSMISSÃO:** 30/01/2014 ÀS 10:20  
SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE SABOES, DETERGENTES E PRODUTOS DE LIMPEZA EM GERAL E VELAS DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ n. 15.236.102/0001-88, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JUAN JOSE ROSARIO LORENZO;

E

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA , CNPJ n. 15.245.194/0001-62, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). NATANAEL VITORIA FERREIRA e por seu Tesoureiro, Sr(a). JOSE AUGUSTO PASSOS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **das indústrias de fabricação de sabões, detergentes e produtos de limpeza em geral e velas, com abrangência territorial no Estado da BA**, com abrangência territorial em BA.

## Salários, Reajustes e Pagamento

### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Ficam acordados os seguintes Pisos Salariais, a partir de 1º de janeiro de 2014:

I - O Piso Salarial para empresas com mais de 20 (vinte) empregados efetivos corresponderá ao salário base de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais), ficando ressalvados os casos de empregados em período de experiência, e os que exercem funções de Servente, Ajudante Geral e Auxiliar de Serviços Gerais, quando eventualmente poderão receber menor valor.

II - O Piso Salarial para empresas com até 20 (vinte) empregados efetivos corresponderá ao salário base de R\$ 755,00 (setecentos e cinquenta e cinco reais), ficando ressalvados os casos de empregados em período de experiência, e os que exercem funções de Servente, Ajudante Geral e Auxiliar de Serviços Gerais, quando eventualmente poderão receber o Salário Mínimo.



Parágrafo Único: Fica acordada a eventual revisão dos valores dos Pisos Salariais referidos nos Incisos I e II do Caput, por ocasião do aumento do Salário Mínimo nacional, de forma a assegurar a manutenção de diferença mínima de R\$ 11,00 (onze reais) entre o novo Salário Mínimo e o menor Piso Salarial, e entre os valores dos Pisos Salariais da categoria.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

As Empresas a partir de 01 de janeiro de 2014 concederão reajuste salarial de 6,4 % (seis vírgula quatro por cento), tendo como base os salários vigentes em dezembro de 2013.

Parágrafo Primeiro – Serão compensados os reajustes, abonos e antecipações coletivas, concedidos no período de 01/01/2013 a 31/12/2013.

Parágrafo Segundo – Para os empregados admitidos após a data base 01 de janeiro de 2013, serão aplicados os percentuais proporcionalmente, considerando-se, também, como mês de serviço, a fração superior a 15 dias, incidentes sobre o salário da data base de admissão, após as compensações de que trata o Parágrafo Primeiro desta cláusula, se for o caso.

-

Parágrafo Terceiro - O reajuste mencionado no Caput acima, corresponde a um aumento salarial negociado referente ao período de 01/01/2014, inclusive, até 31/12/2014, inclusive.

#### **CLÁUSULA QUINTA - REVISÃO DE CLAUSULAS**

Fica acordado entre as partes que no mês de Janeiro de 2015, data base da categoria, serão revistas as cláusulas 3ª-Pisos Salariais e 4ª-Reajuste Salarial.

### **Pagamento de Salário Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO SALARIAL**

Os salários serão pagos mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados, facultada a prática de Adiantamento de salário.

Parágrafo Primeiro - As empresas se comprometem a fornecer contracheque ou envelope de pagamento ou recibo de salário aos seus empregados, onde devem constar todos os itens de remuneração e descontos efetuados, discriminadamente, com identificação da empresa, do empregado, incluído o valor a ser

*Juarez*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

depositado no FGTS.

Parágrafo Segundo - O pagamento dos salários deverá ser feito dentro do expediente normal do trabalho, não ultrapassando em mais de 01 (uma) hora após o encerramento do mesmo.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Adicional de Hora-Extra**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS**

As Empresas envidarão esforços no sentido de evitar a realização de horas extras. No entanto, em caso de necessidade, e quando não houver sistema específico de compensação de horas extras trabalhadas, ou não forem compensadas em outro dia, serão pagas da seguinte forma:

I - As 02 (duas) primeiras horas extraordinárias serão pagas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal;

II - As demais horas extraordinárias serão pagas com acréscimo de 100 % (cem por cento) sobre o valor da hora normal;

III - As horas extraordinárias trabalhadas em dias de folga, dobras de turno, domingos e feriados, serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação ao valor da hora normal, quando não forem compensadas com folgas em outro dia, na forma prevista em lei, ou sistema específico de compensação ajustado entre a empresa e seus empregados.

Parágrafo Único – Descanso Semanal Remunerado - Será computado a média de horas extras, desde que habituais, para efeito de pagamento do DSR, 13º salário, férias e aviso prévio.

### **Participação nos Lucros e/ou Resultados**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

As Empresas buscarão adotar mecanismos de premiação dos empregados, baseados em atingimento de metas de produção, melhoria de qualidade e produtividade e outros índices de desempenho das Unidades Operacionais.



Parágrafo Único: As Empresas que optarem pela adoção de Programas de Participação observada a legislação específica, lei nº 10101 de 19.12.2000 -Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, assegurarão a representação dos empregados e da entidade sindical , conforme previstos na mesma.

### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA NONA - ALIMENTAÇÃO**

As Empresas poderão fornecer aos seus empregados refeições, quando em serviço nas suas instalações fabris, observadas normas internas ou, se mantem convênio, as disposições previstas no PAT-Programa de Alimentação do Trabalhador;

Parágrafo Primeiro: A participação dos empregados no custeio deste benefício, considerando-se a refeição básica que venha a ser oferecido pela Empresa, será de acordo com os critérios estabelecidos por cada Empresa;

Parágrafo Segundo: A concessão deste benefício não será considerada como contraprestação de trabalho, não se integrando à remuneração do empregado.

### **Auxílio Transporte**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - TRANSPORTE**

As Empresas fornecerão aos seus empregados transporte para a fábrica, e vice versa, através de sistema de Vale-Transporte, observadas as disposições legais que regulam seu fornecimento, sistema próprio ou regime de pool de transporte, este observando princípios e roteiros que tem por objetivo reduzir o tempo de deslocamento da maioria dos usuários;

Parágrafo Primeiro: A participação dos empregados no custeio deste benefício será de acordo com os critérios estabelecidos por cada Empresa;

Parágrafo Segundo: A concessão deste benefício não será considerada como contraprestação de trabalho, não se integrando à remuneração do empregado.

### **Auxílio Saúde**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA MÉDICA**



As Empresas com mais de 20 (vinte) empregados buscarão disponibilizar aos seus empregados efetivos, após período de experiência vencido, acesso a Plano de Assistência Médica, através Convênios com Entidades Médicas credenciadas ou Planos de Saúde, abrangendo os empregados e dependentes legais, previstos na regulamentação da ANS e/ou INSS, sendo a adesão opcional e participação no custeio do benefício observado critério de cada Empresa;

Parágrafo Único: As Empresas com até 20 (vinte) empregados estão isentas da aplicação desta cláusula.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

As Empresas disponibilizarão aos empregados Apólice de Acidentes Pessoais ou de Seguro de Vida em Grupo, abrangendo coberturas para Morte Acidental, Morte Natural e Invalidez Permanente;

Parágrafo Primeiro: A adesão ao Plano será opcional, com participação dos empregados no custeio do prêmio de acordo com os critérios de cada Empresa;

Parágrafo Segundo - Em caso de constar da apólice cobertura de despesas com funeral, em caso de morte do segurado, as Empresas adiantarão o valor correspondente ao beneficiário legal, sendo ressarcidas dos valores antecipados quando do pagamento do prêmio do seguro pela seguradora.

### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CONVÊNIOS ASSISTENCIAIS**

As Empresas procurarão disponibilizar aos empregados convênios com farmácias, livrarias, e óticas proporcionando acesso a benefícios, produtos e serviços a custos menores e formas facilitadas de pagamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E EDUCACIONAL**

As empresas filiadas ao Sindicato Patronal comprometem-se a fomentar políticas de desenvolvimento educacional e profissional através de cursos técnicos e de nível superior, para os funcionários com mais de 01 (um) ano de emprego na mesma empresa.



**Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades**

**Normas para Admissão/Contratação**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

As Empresas se comprometem a fixar em até 90 (noventa) dias o prazo de contrato de experiência de seus empregados, mantidas as disposições legais que regulam contrato por prazo determinado.

**Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANOTAÇÃO NA CTPS**

No ato da contratação e desligamento dos seus empregados as Empresas ficam obrigadas a efetuar todas as anotações previstas em lei na CTPS, devolvendo-a aos empregados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

**Estabilidade Aposentadoria**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GARANTIA PRÉ APOSENTADORIA**

Será assegurado aos empregados com mais de 05 (cinco) anos de trabalho na Empresa, que tenham 53 (cinquenta e três) anos ou mais (homens) e 50 (cinquenta) anos ou mais (mulheres), estando no curso da vigência da Convenção em condições de adquirir sua aposentadoria plena, por Idade ou Tempo de Serviço, as seguintes vantagens:

I - Garantia de emprego durante os 12 (doze) meses que antecedem a data de aquisição do direito à aposentadoria;

II - Ou, em caso de dispensa sem justa causa, o reembolso das contribuições efetuadas ao INSS até o prazo de aquisição da aposentadoria, não superior ao período de 01 (um) ano, e mediante a exibição da prova de recolhimento e do desemprego.



Parágrafo Primeiro: Adquirido o direito à aposentadoria, perderá a garantia ao emprego e reembolso de contribuições;

Parágrafo Segundo: O empregado, para fazer jus ao benefício, deverá comunicar à Empresa, por escrito e sob protocolo, no prazo de 30 (trinta) dias da assinatura desta Convenção, sua condição de aposentável, nas condições previstas nesta cláusula.

#### **Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

##### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PESSOAL EM REGIME ADMINISTRATIVO**

A jornada semanal do pessoal de regime administrativo é de 44 (quarenta e quatro) horas, que poderá ser distribuída, mediante acordo de compensação, dentro da jornada diária;

Parágrafo Primeiro: Os intervalos para repouso e alimentação, de duração não inferior a 1 hora, observarão as práticas e critérios adotados por cada Empresa;

Parágrafo Segundo: Será considerado trabalho em sobre jornada aquele realizado além das 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

##### **Descanso Semanal**

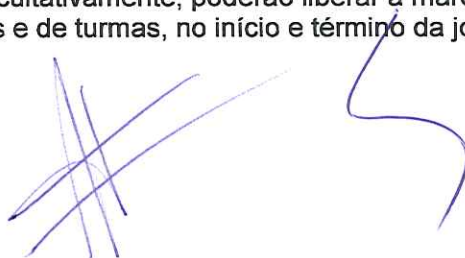
#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO**

Não haverá desconto do repouso remunerado e do feriado que ocorrer na mesma semana, quando o empregado, apresentando-se atrasado, for admitido ao serviço, descontando-se o período não trabalhado.

##### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - REGISTRO DE PONTO**

As Empresas que mantêm refeitórios no local de trabalho, facultativamente, poderão liberar a marcação de ponto pelos empregados em regime administrativo, de turnos e de turmas, no início e término da jornada diária, e/ou nos intervalos intrajornada.





## Outras disposições sobre jornada

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - COMPENSAÇÃO DE FOLGAS, DIAS PONTE E FERIADOS

As Empresas em comum acordo com seus empregados poderão acordar sistemas de compensação de folgas, feriados e dias normais de trabalho, observando as seguintes condições:

I. Competirá a cada Empresa, de comum acordo e por escrito, fixar com seus empregados a jornada de trabalho diária, para efeito de compensação de dias de folga, feriados e dias normais de trabalho, as chamadas "pontes", dentro dos limites previstos em lei;

II. Os acordos de compensação e prorrogação de dias feriados ou "pontes" deverão contemplar sua programação e realização dentro do ano civil;

III. As eventuais folgas concedidas aos empregados de regime administrativo, por liberalidade da Empresa, não implicarão em qualquer pagamento adicional compensatório ou horas extras ao pessoal de regime de turno ou de turma que permanecer trabalhando.

Parágrafo Único: As Empresas darão ciência à Federação dos Trabalhadores dos acordos de compensação ajustados com os empregados.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO E HORAS EXTRAS

As Empresas e seus empregados, mediante Acordos Individuais observadas as disposições da Súmula nº 85 do TST, ou mediante Acordo Coletivo com a assistência e participação da Federação dos Trabalhadores, poderão acordar implantação de Sistema de Compensação de jornadas e horas extras.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PESSOAL EM REGIME DE TURMAS DE TRABALHO

As condições de jornada do pessoal em Regime de Turmas de Trabalho ou Turnos de Revezamento contínuo, serão reguladas por acordo específico com cada Empresa que adote ou venha a adotar este regime de trabalho.

Férias e Licenças



## Outras disposições sobre férias e licenças

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PROGRAMA ANUAL DE FÉRIAS

As Empresas que adotam a prática de estabelecer Programação Anual de Férias consultarão seus empregados na elaboração e definição do período de férias, comunicando-os no prazo hábil de antecedência das mesmas, sendo que o início das férias não poderá coincidir com os dias de sábado, domingo, feriado ou folga do empregado;

Parágrafo Primeiro - As Empresas que adotam prática de concessão de férias individuais, sem prévia programação, observarão as disposições legais inerentes.

Parágrafo Segundo – A empresa poderá mediante comunicação ao Órgão local do Ministério do Trabalho e Emprego e a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia, conceder férias coletivas, inclusive com o pagamento do respectivo abono pecuniário, observando as disposições legais inerentes.

### Saúde e Segurança do Trabalhador

### Condições de Ambiente de Trabalho

### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO CONTRA RISCOS AMBIENTAIS

As Empresas enquadradas na NR específica, através do acompanhamento do PPRA, assegurarão aos seus empregados informações e condições para reconhecimento dos riscos a que estão expostos nos seus postos e ambientes de trabalho;

Parágrafo Único: É de responsabilidade dos empregados seguirem as normas de segurança e ordens de serviço relativas às medidas de prevenção e controle de exposição estabelecida pelas Empresas.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ÁGUA POTÁVEL

A água potável oferecida aos empregados, quando de origem artesiana, será submetida semestralmente à análise bacteriológica, cujo laudo estará na empresa à disposição para conhecimento dos empregados e da entidade sindical.

### Equipamentos de Proteção Individual

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - EPI - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

*Juarez*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

Os empregados que trabalham em áreas e atividades onde o uso seja obrigatório, receberão das Empresas, gratuitamente, os EPI's adequados nos termos da legislação específica, de acordo com os riscos de suas atividades e áreas de trabalho;

Parágrafo Primeiro: A entrega, reposição e orientação quanto ao correto uso dos EPI's será feita mediante procedimentos e controles específicos adotados por cada Empresa;

Parágrafo Segundo: Sendo os EPI's, por regulamentação legal, de uso obrigatório pelos empregados, a não utilização dos mesmos, além de expor voluntariamente a saúde a riscos indesejados, se caracteriza como infração disciplinar, sujeita a aplicação pela Empresa de medidas disciplinares legais.

### **Uniforme**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - UNIFORMES E VESTIÁRIOS**

Para os empregados que trabalham em áreas onde o uso seja obrigatório, as Empresas fornecerão gratuitamente uniformes de trabalho;

Parágrafo Primeiro: A quantidade de uniformes a ser distribuída ficará a critério de cada Empresa, assegurando-se a reposição dos mesmos, conforme necessidade;

Parágrafo Segundo: As Empresas manterão vestiários e armários individuais para a troca e guarda dos uniformes e roupas pessoais dos seus empregados;

Parágrafo Terceiro: Caberá ao empregado zelar pelo asseio e conservação dos mesmos.

### **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL**

As Empresas enquadradas na NR específica, através do acompanhamento do PCMSO, desenvolverão a promoção e preservação da saúde do conjunto de seus empregados, observadas as condições de trabalho e riscos a que estão expostos em suas funções e áreas onde exercem as atividades;

Parágrafo Primeiro: As Empresas realizarão, através de Serviço Médico especializado, os exames médicos, avaliações clínicas, acompanhamento e fornecimento aos empregados de informações e orientação de conduta sobre os resultados dos exames, de conformidade com as disposições específicas previstas na



norma regulamentadora;

Parágrafo Segundo: As empresas obrigam-se a realizar exames médicos admissionais, demissionais e periódicos, obedecendo o PCSMO e o que preceitua os termos do Artigo 168 da CLT e a NR 7 da portaria 3.214, sem qualquer custo para os empregados, fornecendo aos empregados os resultados dos exames através do ASO.

Parágrafo Terceiro: É de responsabilidade dos empregados observarem os prazos e ordens de encaminhamento para realização de exames, o atendimento das orientações dadas pelo Serviço Médico, assim como a observância das normas internas das Empresas relativas a comunicações de afastamento ou faltas ao trabalho, por motivo de doença ou acidente;

Parágrafo Quarto: A inobservância das normas internas que regulam o PCMSO de cada Empresa se caracteriza como infração disciplinar, sujeita à aplicação pela Empresa de medidas disciplinares legais aos empregados.

#### **Relações Sindicais**

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TAXA NEGOCIAL**

Nos termos do artigo 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, as empresas descontarão de todos os seus empregados, integrantes da categoria profissional representada pela Federação dos Trabalhadores, desde que expressamente autorizado pelo empregado, o valor correspondente ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o seu salário base, sendo o referido desconto efetuado em 2 (duas) parcelas de 2,5% (dois e meio por cento), sendo a primeira parcela descontada no mês de fevereiro de 2014 e a segunda parcela, no mês de março de 2014, devendo as quantias descontadas ser recolhidas em favor da Federação dos Trabalhadores através depósito bancário, na Caixa Econômica Federal, operação 003, Agência 0061, conta nº 0505-0, sob a responsabilidade do Sindicato Patronal, até o dia 10 do mês subsequente ao desconto.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL**

As Empresas fornecerão à Federação dos Trabalhadores cópia da Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical, no curso do mês subsequente ao do desconto, acompanhada da relação de empregados e valores descontados.

**Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**



## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES**

Observadas as disposições legais pertinentes, as Empresas efetuarão as homologações das rescisões contratuais na Federação dos Trabalhadores, ressalvados os casos de recusa deste, manifestação contrária ou não comparecimento do empregado;

Parágrafo Único: Nos casos de recusa da entidade sindical ou manifestação contrária do empregado, a homologação será processada na SRTE-BA ou outro órgão credenciado.

### **Disposições Gerais**

#### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - JUÍZO COMPETENTE**

A Justiça do Trabalho será o órgão competente para dirimir quaisquer divergências na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - MULTA**

Fica acordado entre as partes, a aplicação de multa equivalente a 10 % de 1 (um) Piso Salarial previsto no Inciso II da cláusula Terceira, em caso de descumprimento de cláusula contida nesta Convenção Coletiva do Trabalho, independentemente das cominações legais ou penalidades previstas na cláusula, revertendo o benefício em favor da parte prejudicada.

#### **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO**

O processo de prorrogação, revisão, denuncia ou revogação desta Convenção ficará subordinado às disposições da Legislação trabalhista vigente e à manifestação das partes.

### **Outras Disposições**

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - REGISTRO DA CONVENÇÃO**

*Augusto*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

Em observância ao artigo 614 da CLT, esta Convenção será levada para registro no órgão competente da Delegacia Regional do Trabalho - SRTE-BA.

Salvador, 30 de Janeiro de 2014.



JUAN JOSE ROSARIO LORENZO

Presidente

SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE SABOES, DETERGENTES E PRODUTOS DE LIMPEZA EM GERAL E VELAS DO ESTADO DA BAHIA



NATANAEL VITORIA FERREIRA

Presidente

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA



JOSE AUGUSTO PASSOS

Tesoureiro

FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA